



DISCURSO, GÊNERO LITERÁRIO E HISTÓRICO: A PROPÓSITO DO IMPERADOR CLÁUDIO E DE TÁCITO

Pedro Paulo A. Funari¹
Universidade Estadual de Campinas
(ppfunari@uol.com.br)

Paulo Pires Duprat²
Universidade Estadual de Campinas
(ppduprat@yahoo.com.br)

Resumo: A solução de qualquer problemática envolve trabalhar com diversas ciências, embora a especialização crescente das disciplinas acadêmicas possa dificultar o cruzamento dessas informações. Pretendemos destacar o aspecto inter- e transdisciplinar da pesquisa acadêmica com um estudo de caso que relaciona Letras, Estudos Literários, História e Arqueologia. Vamos contrapor o discurso do imperador romano Cláudio (48 d.C.), conservado em uma inscrição de Lyon, com a transcrição que Tácito deixou em “Anais”, analisando a tradução integral da inscrição latina sob um viés capaz de transcender as barreiras disciplinares.

Palavras-chave: estudos literários; história; arqueologia; análise de discurso; transdisciplinaridade.

SPEECH, LITERARY AND HISTORICAL GENDER: PURPOSE OF THE EMPEROR CLÁUDIO AND TÁCITO

Abstract: The solution of any problem involves to deal with different sciences, although the increasing specialization of academic disciplines can restrict crossing information. This paper aims to highlight inter- and transdisciplinary approaches, relating Philology, Literary Studies, History and Archaeology. We compare the Lyon tablet speech (AD. 48) Claudius proffered in the Roman Senate with the version Tacitus gave us in the Annals. We translate the inscription and intend to transcend disciplinary barriers.

Keywords: literary studies; history; archaeology; discourse analysis; transdisciplinary approach.

DISCURSO, GÉNERO LITERARIO E HISTORICO: A PROPÓSITO DEL EMPERADOR CLÁUDIO Y TÁCITO

Resumen: La solución a cualquier problema implica trabajar con diferentes ciencias, aunque la especialización creciente de las disciplinas pueda dificultar el cruce de las informaciones. En nuestro artículo, buscamos resaltar el aspecto inter y transdisciplinario de la investigación académica con un estudio de caso que relaciona disciplinas como Letras, Literatura, Historia y Arqueología. Estudiamos el discurso del emperador romano Claudio (48 d.C.), conservado en una inscripción de Lyon, y la versión de Tácito en Anales, con una traducción del epígrafe capaz de superar las barreras disciplinares.

Palabras clave: estudios literarios; historia; arqueología; análisis de discurso; transdisciplinaridad.

¹ Professor Titular e de programas de pós-graduação da Unicamp.
<https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>

² Doutorando em História pela Unicamp (2016), sob orientação de P. P. A. Funari. Servidor público federal em exercício como bibliotecário da FAU/UFRJ desde 2005.
<https://orcid.org/0000-0002-9886-2615>



A relação entre Letras e os Estudos Literários e a História e a Arqueologia nem sempre parece evidente (FUNARI, 1997). A crescente especialização das disciplinas acadêmicas tende a subestimar a inter-relação entre todas elas, ainda que haja também um aumento constante dos reclamos pela inter- e transdisciplinaridades. Este artigo insere-se nesta busca pela intersecção disciplinar, ao relacionar as disciplinas, a partir de um estudo de caso: um discurso do imperador Cláudio no Senado Romano, em 48 d.C. Essa peroração era já bem conhecida pela transmissão textual de Tácito (Anais, 11, 24), complementada por versão da própria época, em placa de bronze, proveniente de Lyon e encontrada em 1528, hoje conservada no museu da cidade francesa (CIL XIII, 1668; FABIA, 1929).

Além da discussão epistemológica sobre a questão do gênero literário e histórico, este artigo visa a apresentar tradução integral da inscrição latina. Para atingir a ambos os objetivos, o artigo começa por uma discussão da perspectiva adotada, em seguida trata dos contextos político, econômico, social e cultural, para discutir as duas fontes, Tácito (56-120) e a inscrição latina. Discorre-se, de forma breve, sobre as Gálias, *Lugdunum* e sobre as particularidades dos discursos reportados na inscrição e em Tácito. Conclui-se com a defesa de uma abordagem que supere as barreiras disciplinares, para o bem das próprias disciplinas.

A Perspectiva

Não há como abordar qualquer assunto, sem pressupostos e pontos de vista, pelo que convém explicitá-los, tanto para facilitar a compreensão dos argumentos, como para estabelecer seus limites. Como ressaltava o sociólogo Max Weber (1864-1920), ante a situações concretas resultados de inúmeros fatores e, no limite, caóticas, cabe ao estudioso narrar com relativa coerência situações e casos, dar sentido, dentro de uma certa ordem de argumentos (WEBER, 1922; GODDARD, 1973). Assim, parte-se da premissa de que os contextos são determinantes para o estudo científico, em geral, e tanto mais para tudo que se refere ao humano.



A essa perspectiva que privilegia a historicidade adiciona-se uma específica sobre o discurso, ou oração perante a uma assembleia, e seus usos históricos. No cerne do argumento deste artigo está a caracterização diferenciada da peroração oral, marcada pelo imprevisto e pela digressão, frente ao discurso coerente, conciso e que almeja a admiração por sua beleza formal, que transparece na criação do historiador antigo. Os discursos reportados em primeira pessoa (discurso direto ou *oratio directa*), na boca da personagem, desempenham papel semelhante àquele em terceira pessoa (discurso indireto ou *oratio obliqua*) na historiografia moderna, na medida em que, em ambos os casos, busca-se explicar ações por meios de argumentos, compostos pelo historiador, mas reportados às personagens mencionadas.

Das Guerras Civis às Dinastias Júlio-Cláudia, Flávia e dos Antoninos

A destruição de Cartago e de Corinto, em 146 a.C., pelos romanos, marcou, segundo os próprios antigos, uma mudança nas relações no Mediterrâneo e, como consequência, nas relações de poder na *res publica*. A perda do medo de um inimigo poderoso e ameaçador, como havia sido Cartago, abriu espaço para o acirramento das contradições sociais latentes. Os conflitos em torno da distribuição de terras, protagonizado pelos irmãos Gracos, levaram ao embate aberto no interior das elites (décadas de 130 e 120 a.C.). A conscrição, a partir de 111 a.C., dos proletários, por Mário (157-86 a.C.), abriu as portas para a fidelização dos soldados aos generais e foi o germe dos conflitos entre generais (88-87 a.C.), a começar por Mário e Sila (138-78 a.C.). Essas lutas intestinas prosseguiram, com interrupções, por décadas, até a vitória de Octávio, em 31 a.C. sobre Marco Antônio (83-30 a.C.) e Cleópatra (69-30 a.C.). A partir daí, estabeleceu-se um regime monárquico, o Principado, ainda que as antigas instituições republicanas tenham sido preservadas. O poder, no entanto, de fato estava com a *domus* (casa) do Príncipe, que controlava o exército.



Otávio ganhou do senado o título de Augusto (abençoado pelos deuses) e logo surgiu o culto imperial, a partir da noção helenística da associação entre o monarca e a auréola sagrada. A administração pública romana passou a contar com a influência da corte, da família, dos acólitos e amigos como nunca. Nesse ambiente, as mulheres, os equestres e os libertos ligados à *domus* passaram a ter prerrogativas e pretensões antes inexistentes, pelo que os autores ligados ao senado, como Tácito, criticaram tais ambições.

A monarquia, palavra grega, não era realeza e o Príncipe era, em princípio, apenas o primeiro do senado, uma ficção frente ao novo poder centralizado na *domus* imperial. Não havia regra para a sucessão de um Príncipe a outro, já que cabia, em tese, ao senado designar o primeiro. Como os romanos, desde a expulsão dos reis, em 509 a.C. segundo a tradição, detestavam a realeza, nunca estava determinado quem seria o sucessor. Augusto viu seus herdeiros diretos morrerem cedo, tendo seguido a tradição de adotar aquele que seria o sucessor designado. No seu caso, adotou Tibério. Isso só era possível devido às peculiaridades da adoção entre os romanos, que privilegiavam a inclusão de uma pessoa na família por decisão voluntária do pater famílias, por em cima dos laços consanguíneos. Os adotados, assim como os libertos, passavam a fazer parte da família. Esse costume era antiquíssimo e contribuía para fortalecer as famílias, em geral, e as aristocráticas, em particular.

O conceito de dinastia, ou conjunto de monarcas sucessivos escolhidos pelo príncipe em função, permite entender os períodos longos de adoção bem-sucedida de governantes. As dinastias foram interrompidas pela disputa militar e pelo reconhecimento pelo senado de um novo príncipe, iniciador de uma nova dinastia. No período aqui analisado, houve três dinastias, já que Tácito viveu e escreveu nas três primeiras delas.

Cláudio (10 a.C. – 54 d.C.) nasceu em *Lugdunum* (atual Lyon, França), na Gália, e foi o primeiro imperador a ter nascido fora da Itália. Da *gens* Claudia, era também manco e meio surdo, pelo que escapou incólume das disputas palacianas e

foi proclamado príncipe pela guarda pretoriana que matara o imperador Calígula (41 d.C.). Considerado de raciocínio lento, teve educação esmerada, com o historiador Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.) como um dos preceptores. Revelou-se um erudito preocupado com a História, a cultura e a literatura, com o destaque natural da retórica, a arte de falar em público. Em 14 d.C. na procissão funeral, os cavaleiros (équites), segmento endinheirado mas discriminado, o escolheram para chefiar sua delegação. Esteve como príncipe de 41 a 54 d.C.

Cláudio casou-se mais de uma vez. Dois desses casamentos mereceram muita atenção, pelos antigos e pelos modernos, a começar por Valéria Messalina (17-48 d.C.), com quem se casou em 38/39 d.C., portanto antes da ascensão ao poder. Em 43, Cláudio liderou a conquista da Bretanha, na trilha da expedição de Júlio César, em 54 a.C. Messalina deu-lhe um filho, Britânico (41-55 d.C.), mas foi acusada de comportamento desregrado e adultério, pelo que não só foi morta como o seu filho foi preterido pelo pai Cláudio na sucessão. Nesse período, efetuou censo (SHERWIN-WHITE, 1973; LE TEUFF, 2014), em 48 (5,984,072 cidadãos homens e adultos) e expulsou os judeus (cristãos?) de Roma, entre 41 e 53 (cf. At. 18, 1-18; Suetônio, Claudio, 25). Casou-se, em seguida, com Agripina menor (15-59 d.C.), que conseguiu que seu filho Nero fosse adotado. Como em outras oportunidades, a morte do imperador Cláudio foi atribuída por rumores a esposa Agripina, para garantir a seu filho Nero o trono.

Nero, após muitas turbulências, foi deposto e morto (68), terminando a dinastia. Depois de turbulências, Vespasiano (9-79) deu início à nova dinastia flávia (Vespasiano 69-79; Tito 79-81 e Domiciano 81-96) e o caráter autoritário e contrário a privilégios senatoriais acentuou-se, em particular com Domiciano, que aparece na pena de Tácito em termos pouco favoráveis. Em seguida a dinastia Nerva-Antonina (96-192) utilizou-se do adocionismo como prática corrente, incorporando novas famílias à *domus*, abriu-se para a adoção de provinciais espanhóis, como Trajano (98-117) e Adriano (117-138). Tácito viveu esses momentos iniciais da dinastia e



transparece seu alívio com a pacificação desses imperadores em relação ao senado.

Aspectos econômicos: mercado e a *annona*

O fim das guerras civis e a paz romana, a partir de 31 a.C., favoreceram o incremento das trocas comerciais e a estabilidade política também contribuiu para a construção de um crescente sistema de administração de abastecimento (*annona*) de alimentos para a plebe de Roma e para o numeroso exército (COLLS et al, 1977; REMESAL, 1986). Os vestígios arqueológicos têm levantado, desde o século XIX, crescente evidência da circulação de mercadorias, sobretudo sob a forma de ânforas de transporte de vinho, azeite e salações, tanto nas estruturas rurais e manufatureiras, quanto nas cidades e em suas estruturas urbanas. As cidades não mais dependem de muralhas para a defesa e a prosperidade para as elites e diversos estratos sociais fica evidente. Apenas a partir da terceira década do século III esse quadro muda de forma radical, com o declínio da circulação de mercadorias, em relação também com as guerras civis (crise do século III). Alguns autores irão relacionar esse ápice das trocas e contatos a um *optimum* ambiental, a um clima ameno, que favoreceu, entre 200 a.C. e 200 d.C., a produção agrícola do Mediterrâneo à China, assim como a estabilidade política.

O Principado (31 a.C. – 193 d.C. ou 235 d.C.) favoreceu os proprietários rurais, a manufatura e o comércio privados, sobretudo os empreendedores que se envolveram no estratégico setor do abastecimento subsidiado, voltado para a plebe e para o exército, beneficiando-se assim da política econômica dirigida (*command economy*). Cláudio seguia e aprofundava essa associação entre controle imperial, por um lado, e favorecimento dos grupos ligados ao comércio, que vinha de Augusto, tendência aprofundada por Tibério e Calígula, mas em particular por Cláudio, por isso mesmo ridicularizado pela elite senatorial, como Sêneca (4-65) e Tácito. As evidências arqueológicas, em especial a padronização das inscrições em



ânforas, mostram isso, com crescente controle da sua produção e comercialização, por um lado, mas por outro com a ainda maior participação e benefício dos privados (e dos libertos e outros em situação social intermediária, como as elites provinciais e municipais, em geral).

Se seguirmos para o período Flávio-traiano, de Tácito, podemos observar um *floruit*, um ápice, tanto da intervenção estatal, como das relações privadas. A *annona* ou abastecimento dirigido aprofunda-se, com benefícios diretos para os privados, proprietários rurais, comerciantes e classes ascendentes, como os libertos. Tácito testemunhou esse ápice, sem deixar de queixar-se das suas limitações.

Aspectos sociais e culturais

O período caracterizou-se tanto pela paz, prosperidade e oportunidades para muitos, como de insatisfação, falta de perspectivas e revoltas, para outros. A mobilidade social dava-se, como sempre fora em Roma, pela assimilação e incorporação de elites locais e outros grupos com possibilidade de ascensão social, como para équites (cavaleiros), *mercatores*, *negotiatores*, libertos, mulheres educadas. Isso aparece tanto na literatura da época, como nas inscrições numerosas referentes a esses beneficiários de certa prosperidade. No *Satyricon* de Petronio ou no *Asno de Ouro* de Apuleio, entre outras obras, aparecem muitos casos de mobilidade social. As inscrições são abundantes, ao mostrar o orgulho e boa situação financeira de libertos, açougueiros, padeiros, proprietárias rurais e de negócio. Nem todos ficavam contentes com essa entrada de pessoas no círculo restrito dos dominantes e isso está claro na literatura grega e latina. A maneira como um liberto como Trimalção, um milionário, é pintado e ridicularizado no *Satyricon*, mostra bem isso. O imperador Cláudio foi vítima de críticas persistentes pelas prerrogativas concedidas aos libertos na administração imperial. Havia, pois, tanto mobilidade social, como tensão e resistência.



Do lado dos conflitos, o período testemunhou uma infinidade de descontentamentos daqueles que não ascendiam e sentiam-se excluídos, explorados, oprimidos, ultrajados. Escravos das minas ou do eito, grupos religiosos como judeus ou cristãos, entre outros, constituíam opositores mais ou menos abertos ao poder imperial e à ordem social. O próprio Cláudio expulsaria os judeus (cristãos?) de Roma, em 49 d.C., haveria perseguição aos cristãos já sob Nero, o templo de Jerusalém seria destruído em 70 d.C., a revolta judaica de 135 seria ainda mais reprimida, as revoltas provinciais seriam destroçadas. O período da paz romana era tanto o apogeu do mundo antigo, quanto o testemunho das suas contradições.

A cultura erudita florescia como nunca, tanto em latim como em grego. A alfabetização atingia níveis jamais alcançados e que não seriam iguais antes do período moderno. O hábito epigráfico, a mania por escrever nas paredes e nas lápides, produzia a maior evidência escrita anterior à imprensa. Os vestígios arqueológicos de Pompeia, destruída pela erupção do vulcão Vesúvio, em 79 d.C., demonstram esse florescimento cultural, na forma de milhares de inscrições populares, documentos epigráficos relativos ao comércio e ao empréstimo, na sofisticação das pinturas parietais internas e externas, nos mosaicos, nos rótulos de ânforas. O multilinguismo significava que o grego, a leste, e o latim, a oeste, eram línguas oficiais, mas conviviam com vernáculos derivados dos idiomas legais, assim como outros como o púnico e o aramaico, às vezes escritos. Em termos culturais, o período aqui tratado foi de uma intensidade única.

Os discursos e a retórica

A retórica estava na base da educação das elites nas cidades antigas. Nas assembleias e nos processos legais, a argumentação oral estava na base da vida pública. Embora os iletrados estivessem distantes dessa realidade, o papel central da retórica nas elites e para todos que buscavam ascensão social, significava

o domínio de alguns atributos básicos. Saber falar, informar, persuadir e motivar, unem passado, presente e futuro, o que ocorreu, a situação a ser modificada e a propulsão a uma ação no futuro. Um discurso costuma constar de algumas partes: 1. Exortação inicial (*exordium*); 2. Descrição ou narrativa do argumento (*narratio*); 3. Detalhamento dos argumentos em partes (*partitio*); 4. Confirmação dos argumentos como probatórios (*confirmatio*); 5. Apresentação dos argumentos contrários e sua refutação (*refutatio*); e 6. Peroração ou apelo (*peroratio*) final. Essa sequência não era obrigatória, mas servia como um esquema (*template*, diríamos hoje) mental na composição de qualquer argumentação. No mundo romano imperial, o domínio da retórica estava no centro da educação formal: argumentar, persuadir, usar o passado no presente, motivar para que as pessoas ajam e tracem ações no futuro.

Os discursos em tempo real, *ex tempore*, não são de acesso direto, pois não havia registro possível. Mesmo os que eram registrados, como no senado romano, eram transcritos de maneira não literal. Não temos esses registros senão em casos excepcionais, como no discurso do imperador Cláudio, aqui traduzido. Chegou até nós por ter sido reproduzido em inscrição. Não se pode saber qual a fidelidade desse registro perante a manifestação oral de Cláudio. Pelas falhas, parece reproduzir algo próximo do que foi proferido pelo imperador, bem treinado na oratória, mas proferido no calor das circunstâncias (GRIFFIN, 1990). Nem sempre os argumentos estão claros, há digressões, mas mesmo essas coadunam-se bem com o que se sabe do estilo do imperador. Já o discurso de autoria de Tácito é muito mais conciso, coerente com o personagem Cláudio, retoma ideias do imperador expressadas alhures e adota uns maneirismos bem conhecidos de Cláudio, erudito e preocupado com detalhes. Este discurso, assim como todos os redigidos por Tácito e colocado nos diversos personagens, é uma composição retórica muito elaborada, com tiradas memoráveis, agradável, convincente, uma peça oratória admirável. Neste caso muito particular, podemos comparar o que teria sido dito com a recriação de Tácito e podemos verificar a fidelidade do historiador ao que foi dito, não no detalhe, mas nos argumentos. Isso é tanto mais notável, quando sabemos como o



historiador não nutria simpatia pelo imperador e descreve-o de maneira bastante negativa. Há outros muitos casos de discursos em Tácito e em todos os historiadores antigos que deviam estar distantes daqueles proferidos de fato, pela simples impossibilidade ou improbabilidade de saber, por exemplo, o que teria dito uma líder rebelde, em sua própria língua, a suas tropas. Entre um caso extremo de distância ou proximidade entre o original e o discurso do historiador, há um imenso grau de possibilidades, sem que possamos avaliar bem em cada caso concreto.

História, Literatura e os discursos

Os discursos mostram a interpenetração inevitável entre a Literatura e a História, em diversos aspectos e níveis, a começar pela narratividade (HARLAN, 1989). Hayden White (1973) explorou em detalhe a escrita da história acadêmica como literatura, sempre a usar dos mesmos recursos da ficção (FUNARI & SILVA, 2008). A historiografia científica não deixa de preocupar-se com atratividade, com sua capacidade de informar, persuadir e motivar, embora explicitamente apenas o desejo de reportar, de maneira neutra e objetiva (FUNARI, 2007). As estratégias de persuasão do historiador não se distanciam muito da retórica e a motivação nem sempre fica evidente, a não ser com o tempo, quando leitores posteriores poderão identificar intenções que, à época, não chamavam atenção (FUNARI & GARRAFFONI, 2016). Um exemplo dentre tantos: quando se descrevia a “missão civilizadora” dos romanos, termo moderno que não existia, e que tomava os antigos como precursores dos franceses nas colônias (FUNARI, 1992). Assim podem multiplicar-se os exemplos.

Em seguida, os discursos ligam literatura e história de outra forma (FUNARI & GARRAFFONI, 2017). A retórica, desde seus princípios como esse nome, constituía parte da *paideia* ou educação e servia para falar em público: na assembleia, no fórum, no sentido de corte de justiça, ou mesmo em uma miríade de situações outras cotidianas (GAINES, 2005). A própria poesia, desde Homero,

apresentava seus personagens a proferir discursos. Estes ocupam lugar de destaque em obras de todo tipo: nas ficções declaradas, como no *Asno de Ouro* ou no *Satyricon*, mas mesmo na literatura missionária cristã, como nos Evangelhos e nos Atos dos Apóstolos.

Já os discursos proferidos sempre puderam ser de dois tipos: da lavra do orador ou de composição de outra pessoa (*ghost writer* ou *plume, siue ipsius siue scriptor orationis*, nas palavras de Tácito, *História*, 1, 90), ou uma mescla (AVERY, 1959). Se hoje o teleprompter permite a leitura do texto a ser pronunciado, na Antiguidade a memorização, à maneira dos atores, facilitava a performance pública. O ator-presidente americano Ronald Reagan (1981-1989) servia-se disso para prescindir (MEDURST & DOLAN, 1998), às vezes, do teleprompter ou da leitura do papel (cfc. <<https://www.youtube.com/watch?v=do0x-Egc6oA>>). Este segundo aspecto contribui para misturar, ainda mais, a literatura e história, pois boa parte das frases de efeito, com consequências potenciais tão grandes são criação literária, mas configuram também intervenções históricas.

Um terceiro aspecto consiste em algo muito mais amplo. A oratória, com sua estrutura de persuasão, não se restringe aos discursos *stricto sensu*, na medida em que está presente em gêneros tão variados como a epistolografia (a escrita de cartas), a épica, a lírica, a historiografia, claro. Isso significa que a retórica, ou ao menos alguns aspectos ou trejeitos, aparecem em tudo que se escrevia e em muito do que se falava, pode imaginar-se. Um grafite (CIL IV 4208), encontrada na *villa* de *Albucius Celsus*, em Pompeia (*Regio V*, 2,1.), reporta:

Si ti(bi) Cicero do(let), vapulabis.

“Se para ti Cícero dói, sofreras uma batida” (ou “Se Cícero te parece difícil, prepara-te para a palmatória!”).

Todos que tinham algum tipo de educação formal, pelo domínio, ainda que precário, da escrita, deviam passar por noções de argumentação. E mesmo os



analfabetos estavam expostos aos discursos em diversas situações, no teatro, nas assembleias (como as *contiones*), nas *nundinae* (mercado).

Um pouco sobre Cláudio

Desde, ao menos a década de 1960, questionou-se a noção de autoria (BARTHES, 1968; FOUCAULT, 1969), a partir de uma crítica, do pós-estruturalismo e da narratologia, com a introdução da função do autor, como uma posição social construída. Por outro lado, têm-se defendido que a ideia de autoria é um conceito produtivo (SOCCIO, 2012), assim como se multiplicaram os estudos biográficos, um gênero historiográfico cada vez mais popular, como atesta o estudo de figuras notáveis, de D. Pedro II (SCHWARCZ, 1998) a Lucci Fabri (RAGO, 2015). Para além da frequência e interesse crescente, tanto do público, como dos estudiosos, há um aspecto epistemológico: a subjetividade, desde ao menos Freud, está sempre presente e o sujeito é sempre individual, ainda que parte de coletividades (GAY, 1985). Num certo sentido, isso tudo demonstra, na segunda década do século XXI, a relevância das preocupações com o social e com o individual, com a narrativa ou discurso e com as particularidades objetivas. Neste contexto, parece essencial tratar tanto da época e circunstâncias históricas, sociais, coletivas, como já o foi feito, quanto da singularidade individual.

Esses aspectos individuais são numerosos, já que as fontes antigas, como Suetônio e Tácito, prestaram destaque a isso. Nesta ocasião, o que interessa não são tanto as muitas anedotas sobre Cláudio, que muito revelam sobre sua vida, como sobre os rumores à época e após sua vida (OSGOOD, 2010). Convém tratar, ainda que de maneira breve, de um par de questões relevantes para entender o discurso do imperador conservado em Lyon: a sua formação intelectual e suas propensões administrativas e políticas (HUZAR, 1984). Cláudio apresentava, desde pequeno, algumas deficiências, ao mancar e ao gaguejar, pelo que esteve afastado das pretensões políticas. Isso não o impediu de ter uma educação primorosa, com o

historiador Tito Lívio como tutor, e seu distanciamento do poder fez com que pudesse se dedicar à leitura, à erudição e mesmo à literatura (BRIQUEL, 1980). Escreveu diversos livros de História, inclusive sobre a Etrúria e Cartago, assim como sobre outros temas. Seu domínio da retórica era condição *sine qua non* para essa produção literária.

O segundo aspecto da vida de Cláudio encontra abundantes evidências arqueológicas. Também por sua distância do trono, teceu, desde cedo, relações com os equestres, com comerciantes e homens de negócio, provinciais (CHASTANOL, 1992; BURNAND, 2006) que no mundo romano estavam, por definição, fora da elite senatorial latifundiária. Isso parece ter influenciado Cláudio a preocupar-se com a vida prática dos agentes econômicos, com a infraestrutura e outros aspectos administrativos. Quando de sua inesperada chegada ao Principado (RENUCCI, 2012), o novo governante trazia consigo algumas preocupações inovadoras que o aproximam de Júlio César e de Augusto, ambos atentos às aspirações dos homens de negócio e peculiaridades da administração pública. Isso fica claro pelos aquedutos construídos e renovados, pela promoção, na administração, dos libertos imperiais, pela preocupação com a facilitação dos negócios e pela sistematização administrativa, pelo cuidado com a infraestrutura, como atestam as obras em *Portus* (KEAY & PAROLI, 2011), porto em Óstia, bem como pela sistematização das inscrições anfóricas - entendidas aqui como precursoras da moderna rotulagem dos produtos - tudo isso vai na direção de um imperador particular.

Segue abaixo o discurso do imperador Cláudio sobre os gauleses, proferido no senado romano em 48 d.C., contido no CIL XIII 1668, original transcrito.

Crítérios de tradução: traduzir é sempre uma recriação, uma transcrição de um idioma a outro (SANTOS, 2016). Há duas tendências opostas e extremas: fidelidade ao original ou ênfase na compreensão na língua da tradução. No primeiro caso, o risco é a dificuldade de entendimento de quem não conhece o original. No segundo, está a distância que aproxima realidades e sentimentos diversos, do original, em relação à tradução. Não há como evitar de todo essa ambiguidade, ou



essa tensão entre dois extremos. Por isso, a tradução da inscrição que reporta o discurso de Cláudio privilegia a língua de chegada, o português, ao deixar para eventuais comentários algumas particularidades do original latino e que não transparecem no vernáculo, em particular pelas mudanças na sociedade. Assim, basta citar um exemplo: o sentido de *nouus* (*noua, nouum*). Palavra presente nos vernáculos neolatinos, como novo, nova, em português, apresenta conotações positivas, derivadas do Iluminismo e da Modernidade, enquanto para os antigos podia conotar ameaças à boa tradição, podendo significar, no sentido negativo, revolução, ou melhor seria, para entendermos bem, desordem, caos. Essas questões referem-se não tanto à tradução, *stricto sensu*, como ao contexto histórico, social e cultural (DURANTI, 2003).

Tradução (sobre o texto latino original, consulte-se JAKOBMEIER, 2019):

Devo dizer desde o início que rejeito a primeira cogitação que, estou certo, será no meu caminho: ou seja, que vós ficareis horrorizados com a ideia que introduzo inovações revolucionárias. Pensai, contudo, quantas mudanças ocorreram com o passar dos anos na cidade e quantas formas e configurações teve a nossa Urbe, desde a sua fundação.

No início, os reis governavam esta cidade, mas não transmitiram o poder aos sucessores de sua família; outros vieram de fora, alguns estrangeiros. Foi assim que a Rômulo sucedeu Numa, vindo do país dos sabinos, nossos vizinhos, de fato, mas, à época, estrangeiro para nós. Também a Anco Márcio sucedeu Tarquínio, o Antigo, quem, por sangue impuro, estava afastado das magistraturas na sua terra e emigrou para Roma para tornar-se rei. Seu pai era o coríntio Demarato e sua mãe Tarquínia, de raça nobre, mas pobre, daí que se casasse com tal esposo. Filho da cativa Ocrésia, pois os autores discordam entre si, esteve Sérvio Túlio, entre Tarquínio e seu filho ou neto. De acordo com os etruscos, foi companheiro fiel de Célio Vivena e participou de suas aventuras e depois, quando foi expulso pela mudança de fortuna,



deixou a Etrúria com as tropas sobreviventes de Célio e capturou a colina do Célio, que tem seu nome tomado do seu líder. Mudou o seu nome, pois em etrusco ele se chamava Mastarna e adotou o nome que já mencionei, Sérvio Túlio, e tornou-se rei, para o maior bem da coisa pública. Depois, quando o comportamento de Tarquínio Soberbo passou a ser odiado por nossa cidade – e não apenas pelo seu comportamento, mas também dos seus filhos – o povo enfadou-se da realeza e a administração foi transferida para os cônsules, magistrados anuais.

Porque menciono a ditadura – ainda mais poderosa do que o consulado – que foi como nossos antepassados inventaram quando as guerras eram muito duras ou quando havia distúrbios civis? Ou, porque preciso mencionar a criação de tribunos da plebe, para ajudar a plebe? Porque mencionar a transferência do poder militar dos cônsules para os decênviros, e, ao final do governo destes, o retorno do poder militar aos cônsules? Porque mencionar a distribuição do poder consular a diversos magistrados, chamados tribunos militares com poder consular, em número de seis e depois oito? Porque mencionar o fato de honras não só de comando, mas também de sacerdócio, terem sido comunicados, depois, aos plebeus?

Se fosse contar as guerras, que nossos antepassados começaram e que continuam até hoje, temo que pareceria demasiado orgulhoso e vaidoso da glória da extensão do império para além do Oceano. Mas, convém voltar ao tema da cidadania...

É certo que foi uma novidade quando meu tio avô Augusto e meu tio Tibério decidiram admitir ao senado a flor das colônias e das cidades de todo o império, só os bons e ricos.

(Um senador): Mas o que? Um senador itálico não é preferível a um provincial?

Ou

(Dirá alguém): Mas o que? Um senador itálico não é preferível a um provincial?

Quanto a explicar este aspecto da minha censura, revelarei o que penso sobre isso. Mas, penso que os provinciais não devam ser rejeitados, se puderem honrar a cúria. Essa mais gloriosa e florescente colônia dos vienenses (Vienna, hoje Vienne, Isère, França, antiga Narbonense): há quanto tempo tem dado senadores a esta cúria?



Dela vem um ornamento dentre poucos da ordem equestre, Lúcio Vestino, que estimo muito e mantenho até hoje perto de mim para minhas coisas. Que seus filhos, rogo-vos, possam aceder aos sacerdócios superiores e, depois disso, nos próximos anos, que alcancem novas dignidades. Não pronunciarei o nome desse ladrão, <Valério Asiático>, eu o detesto, esse monstro da palestra ou, ainda, o fato de que ele adquirisse o consulado para sua família, antes que sua colônia tivesse obtido o sólido benefício da cidadania romana. E poderia dizer o mesmo de seu irmão, digno de piedade, talvez, mas tendo sido indigno de ser útil a vós como senador.

(Um senador): Já é tempo, Tibério César Germânico, de revelar aos Padres Conscritos para onde vai o seu discurso, pois já vieste aos confins extremos da Gália Narbonense.

Ou

(Alguém dirá): Já é tempo, Tibério César Germânico, de revelar aos Padres Conscritos para onde vai o seu discurso, pois já vieste aos confins extremos da Gália Narbonense.

Considerai todos os jovens insignes que vejo diante de mim: o fato de serem senadores não deveria causar mais arrependimento do que o caso de Pérsico, homem nobilíssimo e meu amigo, quando ele lê o nome de Alobrógico, entre as imagens de seus antepassados. Se concordai que isto é assim, não deveria eu ressaltar a vós que a terra além da Gália Narbonense já vos envia senadores? Não lamentamos que tenhamos homens de Lyon no senado.

Hesitava um pouco, pais conscritos, de fato, de sair dos limites provinciais que vos são conhecidos e familiares, mas já devo argumentar agora pela causa da Gália Comata. Se alguém observar que os gauleses resistiram ao divino Júlio César dez anos em guerra, teria que considerar que por todo um século mantiveram fidelidade e obséquio imutáveis em nossas muitas tribulações. Quando meu pai Druso submeteu a Germânia, garantiram sua segurança, ao manter a retaguarda em profunda paz e, entretanto, quando foi chamado a essa guerra, fazia o censo na



Gália, operação nova e inusual para os gauleses. Sabemos como pode difícil o censo por nossa própria experiência, mesmo se para nós não envolve mais do que o registro público de nossos recursos.

Tradução: Pedro Paulo A. Funari

Tácito (Anais 11, 24)

Meus ancestrais - o mais antigo dos quais, Cláuso, de origem sabina, foi feito de imediato tanto cidadão como patrício em Roma - incentivam-me a governar com a mesma política de transferir para esta cidade todo mérito, onde quer que se encontre. De fato, os Júlios vieram de Alba, os Coruncânios de Camério, os Pórcios de Túsculo e, para não aprofundar no passado, novos membros do senado vieram da Etrúria e da Lucânia e de toda a Itália. A Itália mesma foi estendida até os Alpes, de modo que não apenas indivíduos, mas inteiras regiões e povos possam ser unidos ao nosso nome romano. Tivemos paz duradoura em casa. Prosperamos em todas as relações exteriores, nos dias em que a Itália para além do rio Pó foi admitida a compartilhar nossa cidadania romana e quando a distribuição das nossas legiões em todo o mundo serviu de pretexto para admitir os melhores guerreiros provinciais, remediando o esgotamento do império. Ficamos envergonhados do fato de os Balbos provirem da Espanha e de outras famílias não menos ilustres da Gália Narbonesa? Os seus descendentes estão entre nós. Porque a Lacedemônia e Atenas, tão poderosas em armas, pereceram, senão pelo fato de terem rejeitado os vencidos como estrangeiros? Honremos a sabedoria de Rômulo, nosso fundador, que, tantas vezes, em um único dia viu inimigos serem seus concidadãos. Estrangeiros governaram-nos. Filhos de libertos obtiveram magistratura e isso não foi nenhuma novidade, como se pode pensar erradamente. A antiga república teve muitos exemplos disso. Combatemos os senões, diz-se. Nunca os volcos e os équos levantaram as armas contra nós! Fomos conquistados pelos gauleses. Mas demos



reféns aos etruscos e fomos submetidos pelos samnitas. Contudo, lembremo-nos de todas as guerras: nenhuma foi mais rapidamente terminada do que a dos gauleses e nada alterou, desde então, a paz. Hoje, os costumes, as artes, as alianças fazem-nos um só. Tragam seu ouro e suas riquezas para compartilharmos, o que é melhor que usufruam disso sozinhos. Padres conscritos, as mais antigas instituições foram novidade, em seu dia. A plebe chegou às magistraturas depois dos patrícios, os latinos depois da plebe, os outros povos itálicos, após os latinos. Nosso decreto envelhecerá como tudo o mais, e o que hoje precisa de exemplos do passado, serão exemplos no futuro.

Tácito, Anais. Tradução e prólogo de Leopoldo Pereira. São Paulo: Ediouro, 1967.

Algumas considerações sobre as versões do discurso de Cláudio

A versão reportada em Lyon parece derivada de registros oficiais do Senado e reproduz, de maneira mais ou menos fiel, o que foi falado pelo imperador (SYME, 1953). Há dois momentos em que há observações contrárias ao argumento de Cláudio e os estudiosos divergem sobre como interpretá-los. Para alguns, seriam intervenções contrárias de um senador em particular. Para outros, trata-se de um recurso usual em que o orador insere uma possível objeção, para negá-la, posição que parece mais provável (SAGE, 1980). Cláudio apresenta diversas marcas de suas propensões:

- ênfase na História para a defesa dos seus argumentos;
- explicitação de que os diversos autores divergem: *hoc inter auctores discrepat*, “isto diverge entre os autores”;
- uso de *nouus* com sentido positivo, como se tudo tivesse sido novo em seu momento. Chega a citar *nouo more*, “por novo costume”, em contraposição implícita a *mos maiorum*, “o costume dos antigos”. No mesmo sentido, afirma que



a coisa pública (*res publica*) teve diversas formas e *status*, “formas e configurações”;

· elogio aos gauleses, *immobilem fidem obsequiumque*, “fidelidade e obséquio imutáveis”, conceitos tão importantes para os romanos.

Tácito, por sua parte, demonstra ter lido o original (BERARD, 1991), mas compôs sua versão não só ao seu estilo, como adicionou argumentos de Cláudio em outras ocasiões, como a menção aos ancestrais sabinos do imperador e acrescentou outros de sua provável lavra, mas consoantes com o caráter do personagem e com o ponto de vista defendido. Mais conciso (MILLER, 1956), Tácito conseguiu apresentar o arrazoado de forma magistral, o que também deriva de ser uma composição escrita (ADAMS, 1973; HANSEN, 1993; ADLER, 2008), não falada, como parece ter sido o caso da versão proveniente de Lyon.

Conclusão: literatura e história

História e literatura estão ligadas pela onipresença da comunicação, da narrativa (POLLINI & FUNARI, 2009), do contato entre pessoas e gerações por meio de discursos, *lato sensu* (RICOEUR 1994). Isso ocorre sempre e por definição, na medida em que toda história (*mythos*, historieta) contém elementos literários e históricos ao mesmo tempo (MUNSLOW, 1997). A *Ilíada* ou o *Gênesis* mostram isso. Heródoto (MESSELRATH, 1996), cuja obra foi recitada para o público, como um folhetim ou novela em capítulos, deixa claro como o relato ficcional se mescla ao histórico de maneira inextricável (LOZANO, 1987). Mesmo em Tucídides, os discursos das personalidades históricas, como Péricles, são composições do literato e historiador, que seguem as regras literárias da oratória, presente no cotidiano dos próprios oradores, numa circularidade.

O caso do discurso de Cláudio é particular, na medida em que parece representar tanto a versão próxima do original do imperador no Senado, como sua



recriação pelo historiador Tácito, bem depois. Ambos, Cláudio e Tácito, haviam aprendido as artimanhas da oratória, como todos os letrados, mas muitos outros mais tinham alguma sensibilidade oratória também. Isso fica bem claro, quando considerarmos que a oração do imperador se voltou para os senadores em Roma, mas foi transcrita em *Lugdunum*, para ser lido pela elite letrada local e ouvida mesmo por analfabetos locais.

Para nós, no século XXI, muitas são as mensagens dessas características. Literatura e História, ficção e relato histórico, *history/story*, história e historieta (ou estória, esse neologismo), mostram a ligação inevitável entre o que viria a ser considerado como duas disciplinas diferentes: Letras e História. A História sempre foi uma construção fictícia, semiótica (LAOPOULOS, 1986), de sentido arbitrário e cultural (KOSELLECK, 1979; KRESS, 1979) como fica claro, no caso do Brasil, com seus heróis: Tiradentes, inventado pela República, ou Zumbi (FUNARI, 2003), ainda depois. Como separar esses personagens de suas apresentações literárias, no sentido de meras criações de autores?

Cláudio foi muitas vezes apresentado como um tonto, tanto na literatura antiga, como moderna. Pode entrever-se na sua atuação, atestada pela Arqueologia, e mesmo em Tácito, *malgré lui même*, a despeito dele mesmo, um personagem histórico muito mais complexo. Cláudio, manco e gago, historiador e literato, defeituoso e imperador, dominado pelas mulheres e pelos libertos e administrador, são apenas algumas das oposições tanto reais como discursivas, inventadas, no sentido latino de descobertas e imaginadas, faces da mesma moeda. Cláudio, um dos tantos péssimos imperadores para Tácito, produz, segundo o próprio historiador latino, um discurso digno da sua admiração, resultado de uma política também admirável. Isso tudo diz muito sobre as disciplinas, mas também sobre o ser humano.

Agradecimentos:



Agradecemos aos seguintes colegas, que me forneceram trabalhos e ajudaram de diversas formas: Renata Garraffoni, Simon Keay, Alexandros-Phaidon Lagopoulos, Airton Pollini, José Remesal, Elaine Prado Santos e Glaydson José da Silva. Mencionamos, ainda, o apoio da Unicamp, do CNPq e da Fapesp. A responsabilidade, contudo, restringe-se aos autores.

Referências:

ADAMS, J.N. **The vocabulary of the speeches in Tacitus' historical works.** Bulletin of the Institute of Classical Studies, 20, 1973, p. 124-144.

ADLER, E. **Boudica's speeches in Tacitus and Dio.** The Classical Quarterly, 101, 2, 2008, p. 173-195.

AVERY, W.T. **Roman Ghost-Writers.** The Classical Journal, vol. 54, nº 4, jan 1959, p. 167-169.

BAUMGARTNER, H.M. **Erzählung und Theorie in der Geschichte.** In: Jürgen Kocka und Thomas Nipperdey (hrsg. von). Theorie und Erzählung in der Geschichte, Munique. Dtv: Beiträge zur Historik, 3, 1979, p. 259-289.

BÉRARD, François. **Tacite et les inscriptions.** In Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt, Part 2, Principat, 33.4 (ed. Wolfgang Haase; Berlin: de Gruyter, 1991), 3007-3050

BRIQUEL Dominique. **Le témoignage de Claude sur Mastarna/Servius Tullius.** Revue belge de philologie et d'histoire 68/1 (1990) : 86-108

BURNAND, Yves. **Primores Galliarum: sénateurs et chevaliers romains originaires de la Gaule de la fin de la République au IIIe siècle. II.** Prosopographie. Bruxelles: Latomus, 2006.

_____. **Primores Galliarum: sénateurs et chevaliers romains originaires de la Gaule de la fin de la République au IIIe siècle. III.** Études Sociales, Bruxelles: Latomus, 2007.

CHASTAGNOL, André. **La table claudienne de Lyon.** In: Le Sénat romain à l'époque impériale. Recherches sur la composition de l'Assemblée et le statut de ses membres. André Chastagnol (ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1992, p. 79-96.



COLLS, D., et al. **L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude.** *Archaeonautica*, nº1, 1977, p. 3-145.

DURANTI, A. **Language as culture in U.S.** *Anthropology, Current Anthropology*, 44,3,2003, p. 323-347.

FABIA, Philippe. **La table claudienne de Lyon.** Lyon: Impressions de M. Audin, 1929.

FUNARI, P. P. A. **Doxa e Episteme: a construção discursiva na narrativa histórica (ou Salústio e a historiografia).** LPH. *Revista de História (UFOP)*, v. 3, p. 22-35, 1992.

_____. **Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares.** *Revista de História Regional, Ponta Grossa*, v. 6, n.1, p. 11-38, 2003.

_____. **Historiografia antiga: algumas questões epistemológicas atuais a partir de Salústio.** In: Breno Sebastiani (Org.). 2º Simpósio de Estudos Clássicos da USP. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2007, p. 225-238.

_____. **Os debates historiográficos sobre a Antiguidade Clássica e as Ciências Humanas.** *Anuário de Filologia: Studia Graeca et Latina*. Barcelona, v. 20, n.D, 1997, p. 29-38.

_____.; SILVA, G. J. **Teoria da História.** (coleção tudo é História, v. 152). São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____.; GARRAFFONI, R. S. **Historiografia. Salústio, Tito Lívio e Tácito.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

_____.; _____. **Considerações sobre Salústio historiador.** In: Gláydson José da Silva; Maria Aparecida de Oliveira Silva. (Orgs.). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, v. 1, 2017, p. 399-412.

GAINES, R.N. **DeCanonizing Ancient Rhetoric.** In: *The viability of the rhetorical tradition / by Richard Graff, Arthur E. Walzer, Janet M. Atwill (eds.)*. Albany: State University of New York Press, 2005.

GAY, P. **Freud for historians.** Oxford, Oxford University Press, 1985.

GODDARD, D. **Max Weber and the objectivity of Social Science, History and Theory,** vol. 12, nº 1 1973, p. 1-22.



GRIFFIN, M. **Claudius in Tacitus**. *The Classical Quarterly*, 40, 2, 1990, p. 482-501.

HANSEN, M.H. **The battle exhortation in ancient historiography: fact or fiction?**. *Zeitschrift für Alte Geschichte*, 42, 2, 1993, p. 161-180.

HARLAN, D. **Intellectual history and the return of literature**. *American Historical Review*, 94, 3: 1989, p. 581-688.

HUZAR, Eleanor. **Claudius the Erudite Emperor**, In: *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt, Part 2, Principat*, 32.1. Wolfgang Haase (ed.). Berlin: De Gruyter, 1984, p. 611-650.

JAKOBSMEIER, H. **Die Gallier-Rede des Claudius aus dem Jahr 48 n. Chr.: Historisch-philologische Untersuchungen und Kommentar zur tabula Claudiana aus Lyon**. Munich: UTZ Verlag, 2019.

KEAY, S.; Paroli, L. (eds.). **Portus and its hinterland: recent archaeological research**. *Archaeological Monographs of the British School at Rome* 18. London: British School at Rome, 2011.

KOSELLECK, R. **Vergangene Zukunft: zur Semantik geschichtlichen Zeiten**. Munich: Dtv. 1979.

KRESS, G.; HODGE R. **Language as ideology**. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

LAGOPOULOS, Alexandros-Ph. **Semiotics and history: a Marxist approach**. *Semiotica* 59, 3-4: 1986, p. 215-244.

LE TEUFF, Béatrice. **Les recensements augustéens, aux origines de l'Empire**, *Pallas* 96, 2014, p. 75-90.

LOZANO, J. **El discurso histórico**. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

MEDHURST, J.; DOLAN, T. **Writing Speeches for Ronald Reagan: An Interview with Tony Dolan**. *Rhetoric and Public Affairs*, vol. 1, nº 2, Summer 1998, p. 245-256.

MILLER, N. P. **The Claudian tablet and Tacitus: a reconsideration**. *Rhenisches Museum für Philologie*, 99, 4, 1956, p. 304-315.

MUNSLOW, A. **Deconstructing History**. London: Routledge, 1997.

NESSLRATH, H.-G. **Herodot und der griechische Mythos**. *Poetica*, 28, 3-4; 1996, p. 275-296.



OSGOOD, Josias. **Claudius Caesar: image and power in the early Roman empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

POLLINI, A.; FUNARI, P. P. A. **A percepção grega da fronteira na Magna Grécia: Literatura e Arqueologia em diálogo**. In: Pedro Paulo A. Funari; Maria Aparecida de Oliveira Silva. (orgs.). *Política e Identidades no Mundo Antigo*. 1ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009, v. 1, p. 39-58.

REMESAL, J. **La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germânia**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1986.

RENUCCI, Pierre. **Claude, l'empereur inattendu**, Paris: Perrin, 2012

RICOEUR, Paul. **Histoire et rhétorique: Diogène**. n. 168, out/dez, 1994, p. 9-26.

SAGE, P. **La Table claudienne et le style de l'empereur Claude: essai de réhabilitation**. R.E.L., 58, 1980, p. 274-312

SANTOS, E. C. P. **Tradução e criação literária**. In: Regina Pires de Brito; Neusa Barbosa Bastos; Marlise Vaz Bridi (orgs.). *Estudos lusófonos: múltiplos olhares*. São Paulo: Terracota, v. 3, 2016, p. 191-207.

SHERWIN-WHITE, Adrian N. **The Roman Citizenship**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

SYME, R. **Tacitus on Gaul**. *Latomus*, 12, 1, 1953, p. 25-37.

_____. **The provincial at Rome**. Exeter: University of Exeter Press, 1999.

WEBER, M. **Objectivity of Social Science and Social Policy**. In: *The methodology of the social sciences*. Transl. and ed. by Edward A. Shus and Henry A. Finch. Glencoe, Ill.: The Free Press, 1949, p. 49-112.

WHITE Hayden V. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.